

Antropologia das instituições e das práticas de poder: etnografia, política e bases sociais do conhecimento

Anthropology of institutions and power practices, ethnography: politics, and the social foundations of knowledge

Carla Costa Teixeira

Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, Brasil

Cristina Dias da Silva

Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil

Sérgio Ricardo Rodrigues Castilho

Departamento de Sociologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

RESUMO

Embora a antropologia possua uma longa tradição de estudos das formas de organização social, foi apenas a partir dos anos 1920 e do início dos anos 1930 que uma antropologia das instituições começou a tomar forma. Com a intensificação da globalização e a expansão do capitalismo industrial e pós-industrial, a partir das últimas duas décadas do século XX a antropologia voltou-se cada vez mais para o entendimento das sociedades complexas e de suas instituições. Os problemas tradicionais derivados da inserção da/o antropóloga/o no seu ambiente de estudo e análise tornam-se mais agudos quando nos voltamos para as instituições, uma vez que elas, numa definição operacional inicial: têm o objetivo do aumento da produtividade (de mercado e/ou política); têm regras formais internas, estruturadas a partir de uma hierarquia funcional; separam as relações organizacionais das demais; e disciplinam os “de dentro”, erigindo barreiras ao acesso dos “de fora”. O dossiê focaliza algumas das principais questões – empíricas e teóricas – com que antropólogos e antropólogas se defrontam quando procuram construir uma antropologia das instituições e das práticas de poder, sem, para isso, excluir as contribuições de autores de áreas conexas interessados no tema e todo o arcabouço teórico-metodológico que a antropologia nos legou. Três dimensões principais foram exploradas, com maior ou menor intensidade, nos seis artigos aqui reunidos: 1) as questões relacionadas à etnografia nos variados contextos institucionais, suas potencialidades e limites;

2) os processos de institucionalização e as bases compartilhadas de conhecimento e 3) as práticas governamentais, o processo sócio-histórico e cotidiano de construção das ‘políticas públicas’, a dimensão documental dos itinerários burocráticos experimentada pelos interlocutores.

Palavras-chave: Antropologia, Instituições, Etnografia, Política, Poder.

ABSTRACT

Although anthropology has a long tradition of studies regarding forms of social organization, it was only from 1920s twenties and 1930s that an anthropology of institutions began to take shape. With the intensification of globalization and the expansion of industrial and post-industrial capitalism, from the last two decades of the 20th century, anthropology has increasingly endeavored to understand complex societies and their institutions. The traditional problems derived from the insertion of the anthropologist in the space of his study become more acute when we turn to institutions, since these, in an initial operational definition: have the objective of increasing productivity (market and/or policy); have internal formal rules, derived from a functional authority; separate organizational relationships from others; and discipline the “insiders”, erecting barriers to the access of the “outsiders”. The dossier focuses on some of the main questions – both empirical and theoretical – faced by anthropologists when they try to build an anthropology of institutions and practices of power that does not exclude contributions from authors from related areas interested in the theme and the entire theoretical framework- methodological approach that anthropology bequeathed us. Three main dimensions were explored, with greater or lesser intensity, in the six articles gathered here: 1) questions related to ethnography in different institutional contexts, its potentialities and limits; 2) institutionalization processes and shared knowledge bases; and 3) governed practices and the socio-historical and everyday process of construction of “public policies”, as well as the documentary dimension of the bureaucratic scripts experienced by the interlocutors.

Keywords: Anthropology, Institutions, Ethnography, Politics, Power.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Embora a antropologia possua uma longa tradição de estudos das formas de organização social (um suposto constituinte da disciplina: todas as sociedades humanas são organizadas, não apenas as industriais ou ocidentais), foi apenas a partir do famoso “experimento Hawthorne”, levado a cabo por Elton Mayo e sua equipe em uma indústria em Chicago no final dos anos 1920 e no início dos anos 1930 que uma antropologia das instituições (ou das organizações, como preferem os anglo-saxões) começou a tomar forma.

A partir de então – e para além das variações nas denominações – o crescimento de uma antropologia das instituições deve ser entendido como uma das consequências do giro reflexivo a que a antropologia foi submetida desde o final da Segunda Guerra Mundial. Com a intensificação da globalização e a expansão do capitalismo industrial e pós-industrial, a partir das últimas duas décadas do século XX a antropologia voltou-se cada vez mais para o entendimento das sociedades complexas e de suas instituições.

Na pesquisa voltada às organizações e instituições modernas os antropólogos e antropólogas têm se encontrado com uma gama de outros pesquisadores e abordagens: administradores, engenheiros de produção, cientistas políticos, sociólogos, psicólogos, pesquisadores da saúde coletiva e assistentes sociais, entre outros, são maioria. À medida que antropólogos/as têm ocupado posições fora da universidade, em órgãos do governo e em organizações não governamentais, como funcionários e consultores dos mais diversos tipos, suas possibilidades de acesso e pesquisa em e sobre instituições têm crescido e diversificado o entendimento desse universo. Trata-se, portanto, de um vasto campo de investigação marcado pela interdisciplinaridade e pela complexidade de seus universos de pesquisa, dispersos espacial e temporalmente.

Os problemas tradicionais derivados da inserção dos/as antropólogos/as no seu ambiente de estudo e análise tornam-se mais agudos quando nos voltamos para as instituições, uma vez que, numa definição operacional inicial: têm o objetivo do aumento da produtividade (de mercado e/ou política); têm regras formais internas, estruturadas a partir de uma hierarquia funcional; separam as relações organizacionais das demais; e disciplinam os “de dentro”, erigindo barreiras ao acesso dos “de fora” (TEIXEIRA e CASTILHO, 2020, p. 23-24). Como fazer etnografia nesse tipo de configuração espaço-temporal? Quais estratégias deve utilizar o antropólogo para obter seus dados e desenvolver sua pesquisa? Os diferentes tipos de acesso às organizações (aberto, encoberto, interno, externo etc.), por exemplo, implicam estratégias de pesquisa distintas, que merecem mais reflexão e refinamento metodológico. Tais foram algumas

das questões gerais iniciais que provocaram a proposta para este dossiê.

Um segundo conjunto de questões proposto focaliza as bases sociais de conhecimento e os processos de institucionalização, o que permitiria ao/à antropólogo/a partir de seus conhecimentos disciplinares para estabelecer diálogos amplos e transversais. Mayo estabeleceu a observação e entrevista em primeira mão das operárias que procurava entender como um imperativo de sua pesquisa. Ao fazê-lo, encontrou uma “cooperação espontânea” que lhe permitiu criar os fundamentos de sua teoria das relações humanas na indústria (BENDIX e FISHER, 2007, p. 11-12). Isso reposicionou a questão da “cultura”, agora nas fronteiras organizacionais. Os problemas derivados dos valores, das regras de convivência e de uma base comum para a produção de conhecimentos, mas também dos conflitos e contradições, passaram a ser cada vez mais uma preocupação de todos os pesquisadores e pesquisadoras voltados ao estudo das instituições, não só dos antropólogos. Em outra perspectiva dos processos de institucionalização, Mary Douglas (1998) enfatizou, recuperando as reflexões durkheimianas, a indissociabilidade das bases cognitivas e morais da produção do conhecimento em instituições, o que também recolocou a questão da livre escolha e da utilização, por parte dos indivíduos que participam daquelas, de argumentos “racionais”. Que elementos devemos levar em conta quando buscamos compreender como se dá a consolidação de uma instituição e/ou do campo maior em que se insere? Existiriam elementos comuns aos processos de institucionalização, para além de suas diferenças empíricas (de local, de temporalidade, das redes de atores em suas afinidades e conflitos, entre outras)?

O terceiro e último conjunto de questões diz respeito às práticas governamentais, às “políticas públicas”, aos documentos e às legislações. Partimos de uma abordagem que privilegia o olhar sobre o cotidiano das instituições, numa busca pela compreensão das práticas e das performances em variados contextos burocrático-administrativos que considera a materialidade desses itinerários como parte do tipo de conhecimento ali produzido (documentos e legislações). Para tanto, inspiramo-nos nos trabalhos seminais sobre a relação entre dizer e fazer ou de como dizer é fazer (AUSTIN, 1990) e na concepção igualmente reconhecida na qual o Estado não existiria *a priori* (ABRAMS, 1988), constituindo-se antes por processos e contextos a serem investigados. Assim, nossa compreensão das práticas de poder, gestão e administração pública converge para o problema da produção e da legitimação das práticas de conhecimento, das disputas de sentido e do jogo de linguagem que realiza ações políticas, produz relações de poder e confere condições de possibilidade para seu exercício.

O dossiê focaliza, portanto, algumas das principais questões – empíricas e teóricas – com que antropólogos e antropólogas se defrontam ao procurar construir uma antropologia

das instituições e das práticas de poder, sem, por isso, excluir as contribuições de autores de áreas conexas interessados no tema. Três dimensões principais foram exploradas: 1) as questões relacionadas à etnografia nos variados contextos institucionais, suas potencialidades e seus limites; 2) os processos de institucionalização e as bases compartilhadas de conhecimento; e 3) as práticas governamentais, o processo sócio-histórico, o cotidiano de construção das “políticas públicas” e a dimensão documental dos itinerários burocráticos experimentada pelos interlocutores. É claro que essas dimensões se interpenetram e não se apresentam de maneira pura na prática concreta da pesquisa, servindo antes como um balizador para nossas discussões e o avanço do conhecimento. Dessa perspectiva, as utilizamos também para apresentar os seis textos que foram selecionados para compor nosso Dossiê.

Em primeiro lugar, todos os textos colocam para os leitores questões relacionadas ao que é fazer etnografia no mundo contemporâneo, embora não tematizem explicitamente a questão.

Hellen Caetano (“Seguindo controvérsias em procedimentos regulatórios: o caso da Cannabis no Brasil (2014-2019)”) e Carolina Dias (“‘Você é a favor ou contra o gênero?’: Legislativo municipal, mediação e representação local na discussão do Plano Municipal de Educação do Rio de Janeiro na câmara municipal”) escrevem seus textos a partir de fontes documentais, construindo sobretudo um tipo de etnografia que, apesar de não corresponder ao entendimento original antropológico do que é a etnografia, já constitui um campo relativamente estabelecido (FERREIRA e LOWENKRON, 2020; HULL, 2012; RILES, 2006). Voltaremos a esse ponto.

Brum Bernardes (“Parlamentares no Twitter: construção de identidade política pelas presidentas de comissões permanentes da Câmara de Deputados”) envereda por uma trilha etnográfica muito recente, que ganhou relevância no período da pandemia da covid-19: a chamada etnografia em ambiente virtual. Trata-se, contudo, de uma possibilidade de investigação que, pela própria importância que as redes sociais adquiriram na vida cotidiana contemporânea, parece ter vindo para ficar e se encontra em intensa elaboração conceitual e metodológica a partir do diálogo com a etnografia tradicional (FERRAZ, 2019).

Laura Gomes (“Governamentalidade no regime militar (1964-1985): a reforma ibegeana e o Endef”) apresentou um texto muito original: a autora se utilizou sobretudo de sua própria memória e sua experiência profissional de jovem pesquisadora nos anos 1970, quando atuou como antropóloga na aplicação e na análise do Estudo Nacional da Despesa Familiar (1974-1975), pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e conhecida como Endef. O tratamento de um material documental de grande relevância, somado a uma abordagem etnográfica de grande sensibilidade, permitiu a construção de um texto importante

para o entendimento da ditadura militar. A quantidade de informações que o Endef produziu, observa a autora, deve ser entendida também a partir do contexto mais geral de autoritarismo e negação de liberdades fundamentais da época, que gerava receio e passividade na população, em especial nos mais desfavorecidos. Isso ocorreu de tal forma que, quando em campo, os pesquisadores visitavam cada família durante sete dias, ao menos duas vezes por dia, pesando os alimentos antes e depois da preparação, anotando e indagando criteriosamente sobre todos os itens alimentares consumidos pelas famílias – e ainda aplicando três questionários.

Viana (“Civil para dentro e militar para fora: instituições, identidades e interesses em disputa na Guarda Civil Municipal de Niterói”) e Romano (“Contra ou a favor? A incipiente institucionalização do Direito sistêmico”) se utilizam de estratégias de pesquisa mais ortodoxas, combinando de modo criativo e interessante o trabalho de campo e a interação face a face (com inserções múltiplas) com a pesquisa documental e histórica. Viana teve acesso a uma interação prolongada e intensa com os agentes e pôde atuar em um curso de formação desses agentes, o que possibilitou um intenso circuito de trocas de ideias e formas de conhecimento. Romano também pôde conviver com os idealizadores e propagadores do “Direito sistêmico”, participando de seções de “constelação familiar”.

As outras duas dimensões que serviram de motivo para a chamada dos artigos podem reorganizar os textos selecionados a partir de outras ênfases fundamentais a uma antropologia das instituições. Os textos de Dias, Brum Bernardes, Gomes e Viana acentuam a especificidade de instituições particulares, voltadas a atividades políticas e governamentais. Na medida em que podemos fazer tal distinção, Dias e Brum Bernardes tratam de instituições legislativas, enquanto Gomes e Viana tratam de instituições vinculadas ao Poder Executivo (no primeiro caso, no nível federal, no segundo, no nível municipal). Já os textos de Romano e Caetano lidam sobretudo com os processos de institucionalização e as formas de conhecimento postas em circulação para tal. Vejamos os seis textos mais de perto, enfatizando agora as duas últimas dimensões principais.

Os artigos de Carolina Dias e Cristiane Brum Bernardes resultam de investigações realizadas em um tipo de instituição política que tem sido considerada por cientistas sociais diversos, mas não somente por eles, um ícone das democracias contemporâneas: as instituições legislativas (a Câmara Municipal do Rio de Janeiro e a Câmara dos Deputados, respectivamente). Em que pese tal relevância, a percepção predominante nas discussões afins a esse universo, em diferentes eventos científicos, é de que não têm sido espaços priorizados por antropólogos, percepção que se confirma quando saímos da dimensão das experiências pessoais e sobrevoamos o campo maior dessa produção.

Numa pesquisa recente no catálogo de teses e dissertações da Capes, encontramos apenas 26 teses e dissertações (1987-2022) somando as palavras-chave “parlamento”, “legislativo”, “câmara dos deputados”, “congresso nacional”, “câmara municipal”, “assembleia legislativa” e “senado”, eliminando também os resultados repetidos, quando a mesma tese ou dissertação era classificada em mais de uma palavra-chave. Sem surpresa alguma, observamos que a maioria dos registros era oriunda das áreas de conhecimento do “Direito”, da “Ciência política” e da “Sociologia”. Os artigos de Dias e Brum Bernardes vêm somar à contribuição teórico-metodológica que a antropologia pode oferecer ao entendimento dessa forma específica das práticas de poder contemporâneas.

Em “‘Você é a favor ou contra o gênero?’: disputas, discursos e atos administrativos na discussão do Plano Municipal de Educação do Rio de Janeiro”, Carolina Dias se volta ao trajeto do Plano Municipal de Educação (PME) e à sua disputa discursiva na Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Observa, assim, o modo como o Plano Nacional de Educação (PNE), ao ser debatido no espaço para a construção da política municipal, desdobramento necessário para sua implantação, permite a expressão de outras dinâmicas políticas. Toma como chave interpretativa, para a compreensão dessa transformação, os efeitos engendrados pela mudança da espacialização do debate de uma política nacional para o domínio municipal. Em suas palavras:

[...] o plano, ao cruzar este espaço [a câmara municipal], é capturado pelas dinâmicas ali existentes, se constituindo como objeto das relações ali estabelecidas, sendo, numa via de mão dupla, recortado, ao ser impactado pelo espaço em que se encontra, ao mesmo tempo que tais recortes reforçam relações e dinâmicas pré-existente.

A partir de uma etnografia dos documentos que constituíram o trajeto do PME, Dias elege o fio condutor do voto da relatora da Comissão de Defesa da Mulher do PME, a vereadora Marielle Franco. Trata-se de um voto que foi lido em plenário pelo vereador Tarcísio Motta, em decorrência de seu assassinato apenas duas semanas antes da sessão em tela, e teve como eixo central a recusa das emendas apresentadas que propunham a retirada de “gênero”, “sexualidade” e “geração” do documento. Uma recusa se baseou no argumento de que a manutenção desses termos seria fundamental ao combate à violência contra as mulheres, não uma doutrinação.

Embora a polêmica em torno da “ideologia de gênero” tenha atravessado nos últimos anos diferentes espaços da vida política brasileira, por tal estratégia de escrita e análise o leitor ou a leitora tem de imediato a compreensão das emoções e concepções que são trazidas ao primeiro plano nesse outro espaço-tempo da política e, simultaneamente, pode apreender as performances e simbologias que atualizam os papéis desses representantes parlamentares na dinâmica entre o “local” e o “nacional” do cenário político.

Dias desenvolve sua análise a partir de documentos políticos, construindo um tipo de etnografia que, apesar de não corresponder ao entendimento original antropológico do que a etnografia é, já constitui um campo relativamente estabelecido (RILES, 2006; HULL, 2012; FERREIRA, LOWENKRON, 2020), especialmente no que diz respeito a pesquisas em organizações (não) governamentais e de mercado, nas quais os fluxos de papéis diversos é constitutivo de dinâmicas centrais à sua existência. Brum Bernardes, por sua vez, envereda por uma trilha etnográfica muito recente, que ganhou relevância no período da pandemia da covid-19: a chamada etnografia de ambiente virtual. Trata-se, contudo, de uma possibilidade de investigação que, pela própria importância que as redes sociais adquiriram na vida cotidiana contemporânea, parece ter vindo para ficar e se encontra numa intensa elaboração conceitual e metodológica a partir do diálogo com a etnografia tradicional (FERRAZ, 2019).

Partindo de uma etnografia virtual, Brum Bernardes focaliza “as estratégias discursivas de comunicação política adotadas no Twitter pelas presidentas de sete comissões permanentes da Câmara dos Deputados brasileira em 2021”. Esse grupo seletivo, com forte poder de agenda em suas comissões e com eco nos desdobramentos das ações ali tomadas, surge no texto por meio da articulação entre textualidade e imagética que compõem as postagens analisadas pela autora. Em um trabalho de atualização desse novo meio de comunicação, reconhecemos a inspiração em Goffman (1985) na “construção da fachada” dessas parlamentares em seu dia a dia como atrizes políticas sociais/digitais.

No artigo “Parlamentares no Twitter: construção de identidade política pelas presidentas de comissões permanentes da Câmara dos Deputados”, Brum Bernardes toma a separação da representação política entre descritiva, substantiva e simbólica (tão cara à ciência política, campo em que se insere) para complexificá-la à luz das reflexões antropológicas sobre a necessária dimensão simbólica dessa atuação política – em reflexões que se aproximam de Bourdieu (1989). Como argumentou:

[...] se partimos da perspectiva “performativa” da representação proposta por Saward (2006), os parlamentos são organizações que abrigam os representantes sociais, provêm uma plataforma para a performance deles e realizam uma performance institucional que reproduz e às vezes desafia as relações sociais e políticas dominantes.

Nessa perspectiva, o conteúdo escrito das postagens é inserido nas clivagens e nas lutas do campo político em que as deputadas se posicionam, ao mesmo tempo que é articulado aos elementos de enquadramento da imagem da parlamentar: sua expressão facial, suas companhias na foto (se aparece sozinha ou não), as cores escolhidas para compor o fundo da postagem. Isso ocorre de tal modo que podemos acompanhar, nesse processo específico de construção

de si como porta-vozes, as identidades políticas dessas parlamentares em performances que valorizam (em combinações múltiplas) perfis profissionais, geográfico-regionais, familiares e ideológicos, bem como seus posicionamentos em relação ao então governo em exercício. Por fim, como Brum Bernardes destaca – ao interpretar a não senioridade de algumas dessas deputadas nomeadas para a presidência de comissões (em especial da deputada de 1º mandato Bia Kicis, escolhida para a prestigiosa Comissão de Constituição e Justiça) – que tal produção simbólica no ambiente digital pode revelar uma produção de sentidos nem sempre afins aos imaginários sociais hegemônicos que conformam os espaços e os processos políticos. Isso só é possível na medida em que a pesquisadora, como é o caso aqui, desenvolve familiaridade tanto com o meio digital investigado quanto com o ambiente institucional do qual é indissociável, numa dinâmica que está longe de ser simples.

Os artigos de Gomes e Viana se baseiam em investigações realizadas em instituições governamentais *stricto sensu*, isto é, localizadas na estrutura do Executivo: a primeira, no plano federal, a segunda, no plano municipal. Os dois se centram em aspectos simbólicos e cognitivos da ação estatal, lidando com as formas de gestão de populações em regimes autoritários, no caso do primeiro, e com as formas de construção do *ethos* de uma instituição de segurança pública, no caso do segundo.

Gomes parte do IBGE que atuou (junto com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA - embora este tivesse funções distintas, ligadas ao “planejamento”), na linha de frente de novas funções estatais. Embora tenha sido criado em 1937 por Getúlio Vargas, o IBGE também se transformou com a reforma administrativa que o regime militar realizou em 1967, sofrendo novo impulso renovador a partir de 1970, com a presidência de Isaac Kerstenetzky, economista de formação responsável pela introdução de técnicas modernas de estatística não só no IBGE, mas em outros órgãos de governo. Kerstenetzky trouxe vários economistas e cientistas sociais para o órgão, entre eles o sociólogo Parga Nina, responsável pelo Endef, feito junto com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO).

O Endef expandiu a ação estatal para áreas e populações antes inatingidas, construindo um mapa das formas de alimentação das diversas classes e grupos do país. Ao trazer informações etnográficas sobre as populações pobres urbanas da cidade do Rio de Janeiro na década de 1970, o texto mostra não só o universo da pobreza e da desigualdade naquelas áreas (a autora trata especificamente da Rocinha, local onde atuou como pesquisadora à época) como também as novas faces de uma sociedade que passou a ter no consumo um aspecto cada vez mais importante. O Endef permitiu que se fizesse uma classificação operacional dos itens de despesas que compõem o orçamento doméstico no Brasil, separando o consumo alimentar do consumo

de outros bens.

O texto contribui também, portanto, para uma visão mais abrangente do regime militar, ao evidenciar que esse governo, ao lado do seu aspecto repressivo (que incluiu tortura e assassinatos de opositores políticos, algo que nunca é demais lembrar), se preocupou em atualizar as relações com uma população que se urbanizava e passava por grandes mudanças. A autora analisa tais relações a partir da noção de governamentalidade, desenvolvida por Foucault nos anos 1970.

O artigo de Viana aborda os dilemas identitários da Guarda Civil Municipal de Niterói, que o autor traduz em termos de uma complexa dicotomia: de um lado, uma concepção da guarda como menos hierarquizada e com maior autoridade do agente individual (“civil para dentro”) *versus*, do outro, uma concepção que adere à hierarquia militar (“militar para fora”). Lembrando que inexistem atribuições de funções claras para a guarda e evidenciando que isso traz uma oscilação entre os modelos institucionais a serem seguidos (estaduais/federais, por um lado, e municipais, por outro), o texto demonstra que os agentes atuam à procura de um *ethos* próprio, para além das atribuições funcionais imediatas.

É nesse contexto de identidade(s) à deriva, por assim dizer, que o debate sobre a questão do armamento da guarda aparece. Para além de quaisquer polarizações fáceis, os agentes da Guarda Municipal de Niterói perceberam nessa discussão a possibilidade de ressignificar sua identidade. O autor enfatiza corretamente os diversos ajustes e transformações nas formas de pensar e agir dos agentes. A atribuição oficial, definida pela Secretaria de Ordem Pública (Seop) de Niterói, à qual a guarda é subordinada, é de que a GCM da cidade “tem por missão precípua o exercício do poder de polícia, através da emissão de ordens, sanções, fiscalizações e de autorizações, com o objetivo de prover ordenamento urbano”. Essa normatização diminui a importância da guarda municipal na hierarquia de instituições da segurança pública, que inclui as Forças Armadas no topo.

Os agentes e a instituição localizam-se, assim, entre os dois polos daquela dicotomia, negociando, na realidade, ajustes. O modelo “civil para dentro” serve para que a instituição obtenha prestígio junto à população civil em geral, enquanto o modelo “militar para fora” procura obter prestígio junto às forças de segurança pública. A posse de armas aparece para a guarda como a possibilidade de ultrapassar a “mera” função de ordenador urbano e se juntar “por direito” às forças de segurança pública. Ao mesmo tempo existe todo um trabalho de ressignificar o uso das armas, de forma a construir uma identidade própria.

Os artigos de Hellen Caetano e de Raissa Romano discorrem sobre o irrompimento de práticas de saúde alternativa e/ou complementar no Judiciário brasileiro (uso das noções de

“Direito sistêmico” e “constelação familiar” nas audiências), abordando processos distintos de institucionalização e se integrando também aos debates teóricos sobre documentos nas pesquisas antropológicas contemporâneas. Trazem, além disso, uma interlocução de ordem interdisciplinar com as áreas da saúde e do Direito. Sob esse último aspecto, cabe destacar que ambos os artigos contribuem para a pesquisa antropológica produzida em contextos de interdisciplinaridade, tendo como pano de fundo tanto a lógica dos documentos produzida entre os operadores do Direito como aquela produzida pelos diversos profissionais da saúde pública no Brasil.

Caetano nos apresenta uma etnografia sobre a construção cotidiana de leis e sobre as práticas de conhecimentos que lhe são constitutivas, através das quais os documentos ganham vida, trajetória e sentidos disputados. No caso elaborado pela autora, são analisados vários momentos e etapas que compreendem os procedimentos regulatórios produzidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária e pelo Conselho Federal de Medicina, no que tange às regras de uso do canabidiol, derivado da *Cannabis*, para fins terapêuticos.

Segundo a proposta da autora, os documentos devem ser pensados para além de sua representação instrumental, pois, conforme as pesquisas recentes problematizam, os documentos constituem ao mesmo tempo práticas de conhecimento, tecnologias discursivas, instrumentos burocráticos e práticas escritas do Estado. Além disso, documentos seriam capazes de produzir ações específicas, uma vez que descreveriam trajetórias, constituiriam subjetividades e desvelariam relações e socialidades, ao serem analisados nos contextos em que foram gerados.

É esse movimento de (re)construção de tais contextos, um dos enfoques teórico-metodológicos de uma antropologia das instituições, que podemos encontrar no artigo de Hellen Caetano, uma contribuição oportuna para a questão de como pesquisar entre pessoas e documentos sem que uma categoria de análise prescindida da outra. Ao trazer o foco para a relação criada entre pesquisadores, pesquisados e documentos, a autora redimensiona o caráter meramente técnico da documentação, devolvendo-a a seu intrínseco universo de negociações, conflitos e disputas entre sujeitos políticos. O processo de institucionalização do uso do canabidiol é multifacetado: são deputados, senadores, assistentes técnicos, pessoas diagnosticadas com diversos tipos de enfermidade e seus familiares, entre outros, que estão articulados ao processo de produção de atas, minutas e projetos de lei sobre o uso medicinal do canabidiol. Mais do que uma planta ambígua capaz de incorporar diversos tipos de uso e finalidade, a *Cannabis* revela-se um contexto histórico e político, e a etnografia descreve em detalhes muito dos movimentos presenciados na trajetória dos documentos. Trata-se, portanto, de uma instigante leitura sobre como um *corpus* documental torna-se matéria viva, constituída por práticas escritas de um

Estado que não se deixa cristalizar em sentidos formalistas, mas se torna inteligível por meio do registro e da problematização de seus elementos cotidianos.

Raissa Romano agrega a essa perspectiva uma etnografia focada nos processos de institucionalização em si, isto é, se volta ao momento em que novidades são incorporadas a práticas institucionais e se tornam ou não referência. Tipicamente, a institucionalização de uma prática ou um conjunto de saberes ocorre quando se incorporam de tal forma no imaginário social que sua origem já não mais é percebida nem questionada, tendendo, portanto, a apresentar a característica de ocultar sua origem social e histórica, garantindo legitimidade típica aos processos de consolidação das instituições.

Ao elencar as microdinâmicas do processo de produção de uma lei para a institucionalização da prática de constelação familiar ou de métodos associados ao Direito sistêmico em audiências judiciais, a pesquisa de Romano se aprofunda na etnografia dos processos de institucionalização e em suas possibilidades múltiplas e ambíguas. Se nem toda tentativa de institucionalizar certa prática ou certo conjunto de saberes é bem-sucedida, a autora demonstra que a própria etnografia desses processos em si é central para uma análise antropológica que correlacione de maneira profunda práticas governamentais e bases sociais de conhecimento. Uma vez que os documentos constituem movimentos de posição e contraposição, os sujeitos podem ser vistos e pensados em continuidade com processos sociais e históricos mais abrangentes. Assim, mais do que uma terceira parte que arbitra – para lembrarmos os termos simmelianos –, o documento se torna um mediador cujas falas e sentidos são disputados a cada reunião, a cada audiência, em cada votação em plenário, cada vez que se revisa um texto de projeto de lei. Esses cenários capturados pelas etnografias aparecem como movimentos, etapas de uma trajetória dinâmica entre sucessos e insucessos, dilemas e consensos.

Diante da confluência entre documentos e sujeitos, deparamos com problemas de pesquisa que denotam a indissociabilidade de prática, conhecimento e poder. Deparamos também com a construção de uma perspectiva capaz de alinhar processos que, muitas vezes, julgamos pertencerem a distintas naturezas sociais (como o técnico e o político), nos permitindo mergulhar em arranjos complexos de situações sociais cuja temporalidade é múltipla e cuja espacialidade é diversa.

REFERÊNCIAS

1. ABRAMS, Philip. Notes on the difficulty of studying the State (1977). **Journal of Historical Sociology**, v. 1, n. 1, p. 58-89, mar. 1988.
2. AUSTIN, John **Quando dizer é fazer: palavras e ações**. Porto Alegre: Editora Artes Médicas, 1990.
3. BENDIX, Reihhard.; FISHER, Lloyd. The perspectives of Elton Mayo. *In*: JIMENEZ, Alberto Corsin (ed.). **The anthropology of organisations**. New York: Routledge, 2007. p. 11-18.
4. BOURDIEU, Pierre. A representação política. *In*: BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Bertrand Brasil; Rio de Janeiro: Difel, 1989. p. 163-208.
5. DOUGLAS, Mary. **Como as instituições pensam**. São Paulo: Edusp, 1998.
6. FERRAZ, Claudia. A etnografia digital e os fundamentos da antropologia para estudos em redes on-line. **Aurora**, São Paulo, v. 12, n. 35, p. 46-49, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.23925/v12n35_artigo3. Acesso em: 20 mar. 2023.
7. FERREIRA, Leticia.; LOWENKRON, Laura (org.). **Etnografia de documentos**. Pesquisas antropológicas entre papéis, carimbos e burocracias. Rio de Janeiro: E-papers, 2020.
8. GOFFMAN, Erving. **A representação do Eu na vida cotidiana**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.
9. HULL, Matthew. Documents and bureaucracy. **Annual Review of Anthropology**, Stanford, CA, v. 41, p. 251-267, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1146/annurev.anthro.012809.104953>. Acesso em: 20 mar. 2023.
10. RILES, Annelise (ed.). **Documents**. Artifacts of modern knowledge. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2006.
11. TEIXEIRA, Carla; CASTILHO, Sérgio. **IPEA – etnografia de uma instituição: entre pessoas e documentos**. Brasília: ABA/AFIPEA, 2020. Disponível em: http://www.portal.abant.org.br/aba/files/159_00127275.pdf. Acesso em: 20 mar. 2023.

Carla Costa Teixeira

Professora Titular no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília. Doutora em Antropologia pela Universidade de Brasília. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3792-9687>. Análise teórica e de dados, Redação e Revisão. E-mail: carla.c.teix@gmail.com

Cristina Dias da Silva

Professora Associada de Antropologia no Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora. Doutora em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8360-5272>. Análise teórica e de dados, Redação e Revisão E-mail: cristinabaltor@gmail.com

Sérgio Ricardo Rodrigues Castilho

Professor do Departamento de Sociologia da Universidade Federal Fluminense. Doutorado em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8156-3184>. Análise teórica e de dados, Redação e Revisão E-mail: sergiorodriguescastilho@gmail.com